

SUMÁRIO

COLABORADORES	7
AGRADECIMENTOS	19
APRESENTAÇÃO	21

Capítulo I

INOVAÇÃO E TRADIÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA CONTEMPORÂNEO SOB O NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO	23
---	-----------

Luiz Edson Fachin

1. Introdução	23
2. Família e famílias: Direito e direitos	23
3. Aspectos da nova codificação	25
4. Sistematização de itens específicos que serão versados sobre filiação	27
4.1. Princípios	27
4.2. O que o novo CCB brasileiro altera e inclui	28
4.3. O que o novo CCB altera e exclui	28
4.4. O que o novo CCB não altera	29
4.5. Inovações	29
5. A codificação da família	29
5.1. Altera – Inclui	30
5.2. Altera – Exclui	30
5.3. Altera – Inovações	31
5.4. Altera – Controvérsias	31
6. Atuação jurídica nas relações de família	31
6.1. Formação interdisciplinar	32
6.2. Quem educa se auto-educa: procedimento dialógico	32
6.3. Prevenção	33
6.4. Dirimindo conflitos: <i>o nó e o ninho</i>	33
6.5. Os pais se separam, os filhos permanecem filhos	33
7. Escorço histórico	34
8. Conclusão	40

Capítulo II

UMA PRINCIPIOLOGIA PARA O DIREITO DE FAMÍLIA	43
---	-----------

Rodrigo da Cunha Pereira

1. Introdução	43
2. Psicanálise e direito	45
3. Distinção entre moral e ética	46
4. Sete princípios fundamentais norteadores	47

Capítulo III**DIREITO AO ESTADO DE FILIAÇÃO E DIREITO****À ORIGEM GENÉTICA: UMA DISTINÇÃO NECESSÁRIA..... 51***Paulo Luiz Netto Lobo*

1. Introdução 51
2. Estados de filiação biológica e não biológica 53
3. Estado de filiação derivado de inseminação artificial heteróloga 54
4. Posse do estado de filiação 55
5. “Adoção à brasileira” e a verdade do registro civil..... 57
6. Afetividade como direito e dever jurídicos 58
7. Fundamentação constitucional e no Código Civil..... 59
8. O critério do melhor interesse do filho para solução
do conflito entre filiação biológica e não-biológica..... 60
9. *Pater is est* – redirecionando da legitimidade
para o estado de filiação em geral 62
10. Sobre a imprescritibilidade do exercício da contestação
da paternidade e da impugnação do estado de filiação..... 64
11. Afinal qual é a verdade real da filiação? 65
12. Direito à origem genética como direito da personalidade,
sem vínculo com o estado de filiação 67
13. Conclusão..... 70

Capítulo IV**O INSTITUTO DO PARTO ANÔNIMO****À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS..... 73***Fabiola Santos Albuquerque*

1. Breves considerações 73
2. O contexto histórico da roda dos expostos
e sua ilação com a sociedade retratada no Código Civil de 1916..... 74
3. Do estatuto da desigualdade à conquista
da igualdade e da cidadania feminina 76
4. Planejamento familiar e crianças abandonadas: as duas faces da moeda 79
5. Há saída? 82
6. O parto anônimo à luz das relações de filiação 84
7. O parto anônimo no direito comparado 86
8. Aspectos desfavoráveis ao parto anônimo..... 87
9. Conclusão..... 88

Capítulo V**AS VERDADES PARENTAIS****E A AÇÃO VINDICATÓRIA DE FILHO 91***Flávio Tartuce*

1. Esboço do tema 91
2. A solidariedade social e a filiação..... 94

3. Formas de parentesco no Código Civil de 2002. <i>As verdades parentais. A parentalidade socioafetiva como nova forma de parentesco civil. O Estado da Arte</i>	97
4. As ações judiciais relativas à filiação	106
5. A ação vindicatória de filho. Sua possibilidade, seus fundamentos e seus requisitos	110
6. Referências bibliográficas	113

Capítulo VI**OS MEUS, OS SEUS E OS NOSSOS:
AS FAMÍLIAS MOSAICO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS** 115*Maria Goreth Macedo Valadares*

1. Introdução	115
2. Famílias mosaico	116
3. Do parentesco.....	125
5. Efeitos jurídicos.....	128
Conclusão.....	137
Referências bibliográficas:	139

Capítulo VII**FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS E REDES FAMILIARES** 141*Anderson Schreiber*

1. A redescoberta da família. Entidades familiares e a relatividade de seus requisitos. A família como complexo de relações, e não como ente abstrato. O fim da exclusividade como característica da família.....	141
2. Uniões estáveis simultâneas. A união estável como figura autônoma do direito de família. Necessidade de seu desprendimento em relação ao suposto paradigma do casamento. Dever de <i>lealdade</i> dos companheiros e sua distinção do dever de <i>fidelidade</i> dos cônjuges.....	146
3. O convívio entre a união estável e o casamento. A injustificada perda de proteção diante da relação matrimonial de um dos companheiros. Solução mínima: a proteção à boa-fé do companheiro exclusivo, em analogia ao casamento putativo (art. 1.526). Exegese dos arts. 1.723, §1º, e 1.727. A disciplina do concubinato e a tutela familiar do concubino	150
4. Multiplicidade simultânea de relações familiares. Famílias monoparentais. Famílias reconstituídas. Uniões homoafetivas. Uniões livres. Comunidades afetivas. Redes familiares. Uma explosão de possibilidades.....	157

Capítulo VIII**DIREITOS DA PERSONALIDADE:
EM BUSCA DE MODOS PREVENTIVOS DE PROTEÇÃO** 161*Felipe Peixoto Braga Netto*

1. Direitos da personalidade: uma preocupação relativamente recente	161
2. A formação cultural do civilista: ruptura com padrões lineares de pensamento.....	162

3. Historicidade e complexidade das relações atuais: renovação metodológica?	164
4. Caminhando em direção ao heterogêneo e ao plural	166
5. Sistemática valorativa: em busca de novas construções	170
6. Conclusões	175

Capítulo IX

DESAFIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA

CONTEMPORÂNEO: EM BUSCA DE UMA

NOVA COMPREENSÃO PARA O CONCEITO DE FAMÍLIA.....	179
--	-----

Marcos Ehrhardt Júnior

Capítulo X

A APLICAÇÃO DO ABUSO DO DIREITO

NAS RELAÇÕES DE FAMÍLIA: O *VENIRE CONTRA*

<i>FACTUM PROPRIUM</i> E <i>A SUPRESSIO/SURRECTIO</i>	191
---	-----

Cristiano Chaves de Farias

Nelson Rosenvald

1. O despontar da teoria do abuso do direito.....	191
2. O abuso de direito na ordem civil-constitucional e a sua íntima relação com a boa-fé objetiva.....	192
3. O abuso de direito e o Código Civil (art. 187)	194
4. Lineamentos sobre a proibição de comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>) e a <i>supressio e surrectio</i>	196
5. A boa-fé objetiva no Direito das Famílias	199
6. Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares	201
Notas conclusivas	206
Referências	207

Capítulo XI

OS CONTORNOS JURÍDICOS DA RESPONSABILIDADE

AFETIVA NA RELAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS –

ALÉM DA OBRIGAÇÃO LEGAL DE CARÁTER MATERIAL.....	209
--	-----

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka

1. À guisa de introdução: a criança não se divorcia de seus pais	209
2. Desembrulhando a delicada questão do <i>abandono afetivo</i>	210
3. O julgamento paradigmático escolhido: o caso de Minas Gerais. Entre duas outras importantes e inovadoras decisões, a do Rio Grande do Sul e a de São Paulo.....	213
3.1. Esse acórdão encontra precedente na Comarca de Capão da Canoa, em sentença proferida em 16 de setembro de 2003, referente ao Processo n. 141/1030012032-0, da 2ª Vara, cujo prolator foi o juiz de direito Mário Romano Maggioni. Nesse caso, como informa o desembargador Luiz Felipe Brasil Santos, “tendo sido o réu revel, não houve recurso, ficando restrita	

a repercussão, que só agora se deu, ironicamente em razão do decisório posterior”. Eis, em inteiro teor, a decisão escolhida:.....	213
4. Recolhendo lições e exemplos – <i>atávicos</i> , no mundo animal – para além do <i>construído</i> , no entorno jurídico.....	218
5. <i>Direito ao pai</i> : nem novo direito, nem direito inventado, mas um direito de sempre	220
6. Responsabilidade por danos decorrentes do abandono afetivo	226
7. O perigo da <i>monetarização</i> do afeto e a relevância do caráter dissuasório e pedagógico das condenações	230
8. Para concluir: <i>por todas as vezes</i>	235
9. Referências bibliográficas	235

Capítulo XII

“O ABANDONO AFETIVO DOS FILHOS COMO FATO GERADOR DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SEUS PAIS – UMA VISÃO CONSTITUCIONAL”

Christiano Cassettari

1. Introdução.....	237
2. Da decisão judicial inovadora	238
3. Do significado histórico da família, regulada pelo direito de família, que apresenta diversos conceitos	239
4. Do poder familiar.....	239
5. A constitucionalização das relações entre familiares	240
6. A proteção constitucional ratificada pelo eca.....	241
7. A concepção jus-naturalista.....	242
8. A amplitude da responsabilidade dos pais	243
9. Da origem e do conceito de responsabilidade civil	245
10. Dos pressupostos da responsabilidade civil e do ato ilícito	246
11. Outro precedente de responsabilização civil nas relações familiares.	246
12. Conclusão.....	247
13. Referências bibliográficas – citadas e consultadas.....	248

Capítulo XIII

ASPECTOS POLÊMICOS E PRÁTICOS

DA SEPARAÇÃO/DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL.....

Maria Luíza Póvoa Cruz

1. Considerações gerais	251
2. A lei 11.441/2007, Substitutivo da jurisdição e à influência da justiça coexistencial.....	252
3. <i>Nova lei homenageia princípio da autonomia privada</i>	253
4. Gravidez do cônjuge virago, impossibilita a lavratura da escritura de separação/divórcio?.....	254
5. O novo direito de família.....	255
5.1. Evolução do Direito de Família e a Edição da Lei 11.441/2007.....	255
6. Separação judicial ou divórcio, sem a presença das partes, através de procuração	256

7. Existência de processos de inventário, separação e divórcio	256
8. Lavratura dos atos notariais de que trata a lei 11.441/007.....	257
9. Estado civil dos separados em cartório	257
10. Cônjuge(s) que se encontra(m) no exterior.....	258
11. Dissolução da união estável pela via administrativa.....	258
12. Da dissolução da união entre pessoas do mesmo sexo (homoafetiva)	259
12.1 Considerações.....	259
13. Dissolução de casamentos (separação consensual e divórcio consensual), celebrados no estrangeiro, aplicabilidade da lei 11.441/2007.....	260
13.1. Partilha de bens do casal, situados no estrangeiro.....	261
13.2. A declaração de invalidade da escritura de separação ou divórcio, restaura o casamento anterior?	261
14. Considerações finais acerca da lei n. 11.441, de 04 de janeiro de 2007.....	262
15. Bibliografia.....	263

Capítulo XIV

PATERNIDADE ALIMENTAR

Rolf Madaleno

1. Introdução.....	265
2. O preconceito da filiação adulterina	266
3. Paternidade alimentar.....	267
4. A filiação socioafetiva	269
5. Laços que ficam.....	273
6. Tutela da personalidade	275
7. Alimentos indenizatórios	276
8. A paternidade alimentar	277
9. Bibliografia	279

Capítulo XV

ALIMENTOS GRAVÍDICOS E A LEI N. 11.804/08.....

Douglas Phillips Freitas

1. Do <i>quantum</i> dos alimentos gravídicos	281
2. Da natureza dos alimentos gravídicos e seus aspectos processuais.....	282
3. Do ônus probatório	283
4. Da conversão, revisão e extinção dos alimentos gravídicos	284
5. Presunção de paternidade.....	284
6. Importante contribuição do <i>ibdfam</i>	285
7. Conclusão.....	286

Capítulo XVI

A RENÚNCIA A ALIMENTOS E A SEPARAÇÃO JUDICIAL

Antônio Carlos Mathias Coltro

1. Introdução.....	287
2. O Código Civil de 2002 e a disciplina dos alimentos.....	288
3. O art.1.707 do CC	289
4. Conclusão.....	296

Capítulo XVII	
A GUARDA COMPARTILHADA E A LEI Nº 11.698/08	299
<i>Leonardo Barreto Moreira Alves</i>	
Introdução	299
1. A guarda unilateral e a síndrome da alienação parental	300
2. A guarda compartilhada e o melhor interesse do menor	306
3. A guarda compartilhada e a necessidade da prática da mediação	310
4. A guarda compartilhada e a lei nº 11.698/08	317
Considerações finais	321
Referências bibliográficas	322
Capítulo XVIII	
RECUSA DO RÉU À SUBMISSÃO AO EXAME DO DNA E LEI Nº 12.004/09	325
<i>Guilherme Calmon Nogueira da Gama</i>	
1. Investigação de parentalidade	325
2. Interessados na defesa da ação de investigação de parentalidade	326
3. Recusa do réu à submissão ao exame de DNA e Lei nº 12.004/09.....	327
Referências	332
Capítulo XIX	
NOVOS PARADIGMAS JURÍDICOS DA FILIAÇÃO E DA ADOÇÃO: A AFETIVIDADE COMO PERFIL DA LEI Nº 12.010, DE 03 DE AGOSTO DE 2009	333
<i>Alice de Souza Birchall</i>	
1. Posição do tema no ordenamento jurídico da contemporaneidade, no Brasil.....	333
2. A concretização de novos valores jurídicos pela lei nº 12.010, De 03 de agosto de 2009.....	338
3. Conclusão.....	345
Bibliografia	346
Capítulo XX	
PROBLEMAS JURÍDICOS ADVINDOS DA FECUNDAÇÃO ARTIFICIAL HETERÓLOGA	347
<i>Pedro Pontes de Azevêdo</i>	
1. Introdução	347
2. Contornos legais da procriação assistida.....	348
2.1. Presunção de paternidade	348
2.2. Fecundação heteróloga: fundamentos fáticos e jurídicos	350
3. Problemas jurídicos advindos da fecundação artificial heteróloga.....	351
3.1. O reconhecimento da paternidade biológica na fecundação heteróloga.....	351
3.2. A ausência de consentimento do cônjuge ou companheiro: ação negatória de paternidade e a questão da culpa na separação judicial	352

3.3. Fecundação heteróloga na união homoafetiva	353
4. Conclusão.....	355
5. Referências	355

Capítulo XXI

DIREITO DE MORRER:

A REALIZAÇÃO DA PESSOALIDADE

E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO DE VIVER	357
--	-----

Maria de Fátima Freire de Sá

Diogo Luna Moureira

1. Introdução	357
2. O ser humano e sua finitude.....	358
3. Um caso recente em uma problemática resistente	360
4. A realização da personalidade e a efetivação do direito de viver	366
Referências bibliográficas	369

Capítulo XXII

AS UNIÕES HOMOAFETIVAS NA JUSTIÇA.....	371
--	-----

Maria Berenice Dias

1. Introdução	371
2. A omissão legal.....	372
3. A Lei Maria da Penha: o marco da legalização das uniões homoafetivas	374
4. Homoafetividade e a Justiça	376
5. Considerações Finais.....	381
Referências legais.....	382

Capítulo XXIII

MEDIAÇÃO FAMILIAR:

INSTRUMENTO PARA A REFORMA DO JUDICIÁRIO	385
--	-----

Águida Arruda Barbosa

I. Introdução	385
II. Mediação Familiar: conceito	386
III. Reforma do Judiciário	389
IV. Mediação Familiar e Reforma do Judiciário – Mudança de mentalidade.....	391
V. Conclusão.....	393